

TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS E PLATÃO: A RELIGIÃO E A ÉTICA EM WITTGENSTEIN COM RELAÇÃO AO DILEMA DE EUTÍFRON

TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS AND PLATO: THE RELIGION AND THE ETHIC IN WITTGENSTEIN WITH RESPECT TO THE EUTHYPHRO DILEMMA

*Lucas Vera Guarneri**

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a relação da ética e da religião do jovem Wittgenstein com o Dilema de Eutífron. Primeiro, mostraremos o contexto em que o Dilema de Eutífron estava inserido e seus pontos de dúvida. A seguir, será transpassado o conteúdo do *Tractatus*, mostrando, depois, o que é a religião e a ética. E por fim, argumentaremos em defesa do porquê Wittgenstein irá defender a segunda parte do Dilema, a saber, algo é bom porque Deus manda.

Palavras-chave: Ética. Religião. *Dilema de Eutífron*. *Tractatus Logico-Philosophicus*.

Abstract: This paper analyzes the relation of ethics and religion of the Early Wittgenstein with The Euthyphro Dilemma. It first, we'll show the context that Euthyphro Dilemma was inserted and your points of doubt. After, it will be pierced the *Tractatus* contents, showing, more later, what is religion and ethics. At least, we'll argue in defense of why Wittgenstein will defense the second part of Dilemma, to know, something is good because God sends.

Keywords: Ethic. Religion. *The Euthyphro Dilemma*. *Tractatus Logico-Philosophicus*.

1. Introdução

O *Tractatus* de Wittgenstein gera muitas interpretações. Haja visto que Russell na introdução do *Tractatus* tem a impressão que o próprio Wittgenstein ultrapassou o limite da linguagem, já que Wittgenstein quer, por meio da filosofia, demonstrar o limite da própria, tornando-a uma *atividade* de clarificação linguística. Assim, o próprio filósofo que deu um engajamento à publicação do livro de Wittgenstein ficou confuso ao ler o livro, como se segue:

O que provoca hesitação é o fato de que o Sr. Wittgenstein, no final das contas, consegue dizer uma porção de coisas sobre o que não pode ser dito, sugerindo assim a um leitor cético que possivelmente haja escapatória através de uma hierarquia de linguagem ou alguma outra saída (RUSSELL, 1993, p. 127 *apud* SPICA, 2007, p. 2).

* Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste e graduando em Teologia pela Universidade Cruzeiro do Sul. E-mail: lucasvagarneri@gmail.com

Se até quem fez o próprio prefácio do livro teve essa visão, aparenta que deve ser esta impressão que fica ao ler o *Tractatus* nas primeiras vezes. No entanto, há erros neste trecho escrito por Russell na introdução do *Tractatus*, além de também haver possíveis erros de interpretação ao se ler este livro pelas primeiras vezes. A sugestão de Russell para uma possível hierarquia de linguagens é recusada por Wittgenstein. O autor não está disposto a sair da própria armadura lógica do mundo e da linguagem, nem usar uma linguagem que está para além da linguagem. Portanto, a ideia de uma possível outra linguagem, isto é, outro conjunto de formas proposicionais da representação seria negada pelo autor do *Tractatus*. Caso este concordasse com a ideia, teria como consequência a duplicação do mundo, onde haveria uma relativização das duas noções, linguagem e mundo, que são tomadas em sentido absoluto (MORENO, 2000, p. 28).

Além dessa primeira impressão que muitos devem dar-se conta ao adentrar no âmbito tractatiano, algo que é muito debatido é a confusa ideia em relação com a metafísica por parte do autor do livro, pela ideia do mesmo prezar pela ciência ser a única que pode falar com sentido acerca do mundo. Porém, mostraremos que, na verdade, o autor coloca um valor muito importante no *para além do mundo*, a saber, o místico. Entendendo o *Tractatus* como sendo uma obra ética (DALL'AGNOL, 2012, p. 9) por excelência, e o ético está no místico. Nota-se que, desde já, não se quer matar a metafísica. Mas sim, o que Wittgenstein quer propor e isso que será defendido neste trabalho, é que não olhemos mais para o místico com um olhar científico. Deixemos o olhar científico aos fatos do mundo, e para o além do mundo, este se mostra nas proposições com sentido.

Para a parte do Dilema de Eutífron, será bem explícito que Wittgenstein irá optar pelo mandamento divino, algo é bom porque Deus manda. Mas, temos de ter em mente que Deus tem uma concepção diferente na ideia do *Tractatus*. Não será falado de nenhum atributo divino, como sumamente bom, atemporal, entre outros; nem se Deus é muçulmano, cristão ou budista. O que será proposto aqui e como entende-se Ele nesta obra, é o mesmo como sendo um caminho para o entendimento da vida, como propriamente o sentido da vida do sujeito. Vendo o mundo como não tendo valor, e assim, as coisas que possuem valor estão para além do mundo, tendo Deus como algo místico, Deus terá um valor muito importante

na vida do indivíduo. É Ele quem será o pai protetor do indivíduo, ou ainda, o sentido da vida desse sujeito.

Para além disso, o Dilema nos deixa com algumas ideias que podemos facilmente colocar em xeque se nossa escolha for tanto à primeira ou à segunda parte do dilema. Porém, a justificativa de Wittgenstein para apoiar a segunda parte do Dilema é de fundamental importância à própria ideia de justificativa do porquê se entende Religião e Ética do modo em que é interpretado no Jovem Wittgenstein. Além disso, a própria estrutura tractatiana da linguagem e do mundo têm um grande caminho que o próprio autor faz para que se chegue à religião e à ética, onde se encontra o foco que será dado pelo próprio Wittgenstein na principal passagem que tem por objetivo contemplar o próprio Dilema de *Eutífron* com a ética de Schlick.

2. O dilema de *Eutífron*

O *Eutífron* é o primeiro diálogo que trata do julgamento e da morte de Sócrates. Aparentemente escrito entre 396 e 395 a.C., este diálogo direciona-se à busca do verdadeiro significado do bom, além de uma busca para encontrar o verdadeiro significado de santificação através de uma discussão entre Sócrates e Eutífron. Faz-se esta busca por meio de um debate acerca do que seria a piedade, visando o próprio contexto em que Sócrates é acusado de impiedade, pela corrupção dos jovens e introdução de deuses novos. A acusação é feita por Meleto, que desejava expurgar os corruptores da juventude. No entanto, Eutífron duvida e julga que Meleto causava dano ao estado ao cometer injustiça contra Sócrates.

Assim, Platão introduzirá um encontro entre Eutífron e Sócrates para discorrer acerca do piedoso e do ímpio. Depois de várias tentativas de definição, Sócrates, partindo do pressuposto de que o piedoso é tudo aquilo que os deuses amam, e seu oposto, tudo aquilo que os deuses odeiam, é sacrilégio, apresentará a seguinte questão: “Porventura o santificado, porque é santificado, é amado pelos deuses, ou porque é amado ele é santificado?” (PLATÃO, 2001, p. 55). E, assim, formula a questão que, na história da filosofia, ficou conhecido como o Dilema de *Eutífron*.

Temos de ter algumas ideias para que não haja má compreensão do Dilema. Como fala Roque (2001), é preciso não confundir a ação com o estado subsequente, ou seja, o ato

é anterior ao próprio estado sofrido. Por exemplo, o ato de ver é anterior ao estado de ser visto, assim como o ato de amar é anterior ao estado de ser amado (PLATÃO, 2001, p. 17). Portanto, o santificado em si é anterior ao estado de ser santificado, pelo santificado ser amado pelos deuses por sua essência, isto é, pelo fato de ser santificado. Assim sendo, o santificado e o caro aos deuses não se equivalem, não são a mesma coisa.

Para tanto, há alguns problemas que este Dilema carrega consigo. A questão principal do dilema é que, de acordo com Spica (2010a), relacionando o dilema com as religiões monoteístas, principalmente as que pregam a onipotência divina, teríamos casos em que, se optarmos pela primeira parte do dilema, “estaremos aceitando que o bom é, de certa forma, anterior à vontade de Deus e Este quer o bom simplesmente pelo fato de ser bom, sendo sua vontade determinada por ele” (SPICA, 2010a, p. 120). Dessa forma, fica difícil sustentar Deus como um ser onipotente e todo poderoso. A segunda parte, num primeiro momento, vai se dar poderes a Deus e à religião, aparentando ser algo perigoso, já que o bom seria determinado por vontade Divina (mesmo divina). Além de ceder a possibilidade de tudo que Deus quiser ser bom, até atos que nós julgamos imorais, caso seja vontade divina, seriam bons.

Além desta dúvida surgida a partir dos poderes dados aos *lados* escolhidos do Dilema, Mawson (2008), vai dizer que os teístas podem dizer que Deus criou todos os valores num sentido *a priori* para a criação do próprio Deus, que não há princípios substantivos para obrigar que Ele escolha o que Deus mesmo fez. No entanto, dirá o autor, isso não significa que ele possa escolher criar um mundo no qual a tortura seja boa, ou um mundo em que haja impossibilidades lógicas. Mas aqui, surgem mais dúvidas ainda a respeito do querer de Deus. Por exemplo, poderíamos nos perguntar se Deus tem razões para querer o que Ele quer? Se sim, as razões pelas quais Deus quer as coisas seriam *right-makers* (o que faz de um sujeito humano com propriedade natural N esteja moralmente correto) (ZANGWILL, 2012, p. 58). Ou se não, os atos de sua vontade parecerão *caprichos arbitrários*, em um sentido indiscutivelmente mau.

Este dilema acarreta consigo muitas dúvidas. Mas, para Wittgenstein, como será mostrado, ele optará pela segunda parte do dilema, ou seja, algo é bom porque Deus manda. Assim, será explicitado o conteúdo contido dentro do *Tractatus* de Wittgenstein com seus

principais pontos e seus *conectores* para que possa ser entendido como que o mesmo fará a escolha por seu *lado* no Dilema de *Eutífron*.

3. Adentrando no conteúdo do *Tractatus Logico-Philosophicus*

O *Tractatus* possui uma ideia que é muito clara. O livro vai tratar sobre pseudoproblemas filosóficos de maneira geral, tentando dissolver todos os problemas da filosofia, dando uma nova roupagem e uma nova tarefa à mesma. A filosofia em Wittgenstein possui um propósito diferente de antigamente. Durante séculos, a filosofia muito falou do que, para Wittgenstein, são contrassensos (Cf. TLP 4.003), falando por exemplo, do belo, do bom, da essência do mundo, e de várias outras coisas. E porque a filosofia comete tal erro? O autor do *Tractatus* vai dizer que o erro acima citado acontece, por conta do mau entendimento da lógica de nossa linguagem (TLP 4.003). Ou seja, o *Tractatus* vai entender que é possível dissolver estes problemas a partir de uma análise do interior da própria linguagem, fazendo com que agora, a filosofia reflita acerca da natureza e das precondições dessa representação (Cf. TLP 4.11). Além de fazer jus àquilo que é que é *a priori*, dando uma roupagem que, explicando com base em regras linguísticas, ela diz respeito ao nosso modo de falar dos objetos conforme “regras gramaticais”. Portanto, a filosofia tem como tarefa, não mais resolver problemas absolutos, pois estes sequer são problemas. Mostrando o principal ponto da filosofia wittgensteiniana. Aqui, a filosofia agora é ‘crítica da linguagem’ (TLP 4.0031).

Para adentrarmos mais nesta tese que Wittgenstein propõe sobre a filosofia ser ‘crítica da linguagem’, primeiro, temos de entender como concede a linguagem e o que seria o mundo para o mesmo, fazendo com que a linguagem consiga figurar o mundo. Isto é, temos um modelo com que Wittgenstein vai englobar o mundo. O mundo, primeiramente, é constituído de fatos, que são definidos como sendo um conjunto de estados de coisas. Os últimos são entendidos como sendo um conjunto de objetos. Já os objetos, por meio de uma relação afigurante, correspondem a nomes. Agora, os nomes, em conjunto, podem ser definidos como proposições elementares. E estas, formam a proposição, que é o que representa o mundo.

Mostrado o esquema da metafísica atomista do *Tractatus*, entende-se que o *início* da mesma à compreensão do todo, são as proposições. Elas são, de forma geral, construções

linguísticas portadoras de sentido, onde “uma sequência de signos constitui uma proposição dotada de significado, capaz de afigurar verdadeira ou falsamente a realidade, se exprime um pensamento” (GLOCK, 1998, p. 288). Para entendermos o que é uma afiguração, temos de ter em mente a forma de conectividade entre proposição e estados de coisas, que é em si, a própria afiguração, onde a mesma permite o compartilhamento da estrutura lógica entre afiguração e o estado de coisas. Ou seja, a afiguração faz com que tudo isso ocorra, podendo ser similar à teoria pictórica, porém, esta última somente ocorre por conta das proposições serem afigurações. Afigurações aqui, entendidas como sendo representações do mundo, onde há uma relação que representa um estado de coisas.

Agora, por parte da análise, todas as proposições podem ser analisadas em termo de proposições elementares, que afiguram a realidade, por meio da afiguração de estados de coisas possíveis. Liga-se isto à forma geral da proposição, isto é, “as coisas estão assim” (TLP 4.5). A forma geral da proposição pode ser entendida dentro de um meio onde vários tipos de proposição se diferenciam quanto a suas formas lógicas, que devem ser descobertas pela aplicação da lógica. Mas, tais formas possíveis possuem algo em comum que é determinado *a priori*, a saber, a própria forma geral da proposição. Assim, o fato de uma combinação de palavras poder construir uma proposição é algo implícito nas regras da sintaxe lógica. Então, entende-se essa forma como sendo a essência da proposição, as condições necessárias e suficientes para que algo seja uma proposição em qualquer “notação” (GLOCK, 1998, p. 182), além de um fornecimento às línguas se unificarem. Portanto, é a única constante lógica, único signo primitivo geral da lógica, tendo em vista que todas as operações lógicas e todas as proposições e inferências lógicas são dadas pela ideia de uma proposição elementar ser bipolar, ou seja, pode ser verdadeira *e também* pode ser falsa.

A proposição representa o mundo. Porém, somente representa o mundo se tiver sentido. Para ter sentido, precisa afigurar um fato, além de também ter necessariamente algumas características, como a articulação de nomes, onde não podemos simplesmente jogar um monte de nomes numa proposição e esperemos que, de algum modo, faça sentido. E a de ser bipolar, passível de ser verdadeira ou falsa. Desse modo, pode-se definir uma proposição como uma afiguração do mundo, um modelo da realidade, cujos elementos se comportam em relação aos elementos de um possível fato no mundo real.

Já o pensamento expresso numa proposição é entendido num sentido de manter uma relação projetiva com a realidade, definido como sendo uma figuração lógica dos fatos (TLP 3), significando, por conseguinte, uma figuração idealmente abstrata, cuja forma pictorial é sua forma lógica. “Um signo proposicional empregado, pensado” (TLP 3.5), “uma proposição com sentido” (TLP 4). Então, o pensamento é constituído de itens mentais, onde podemos concluir a partir disso que *nenhum* pensamento consiste em palavras, faladas ou escritas. Em 3.1, Wittgenstein vai falar que os pensamentos podem ser *expressos* em sinais físicos. Dando-nos um certo tipo de característica para asserirmos que o pensamento é uma imagem, onde deve haver uma configuração de elementos que representa um estado de coisas possível, que será o sentido do próprio pensamento, sendo a natureza desses elementos, sempre mental (SILVA, 2018, p. 140). Então, quando um pensamento é expresso numa proposição, o que ocorre é que o sentido do pensamento é *pensado* na própria proposição, e a proposição física, é dotada do sentido que o pensamento já tinha. Tendo, portanto, duas estruturas, as com elementos mentais e as com palavras. Assim, podemos inferir que há uma similaridade entre mundo-pensamento-linguagem, a saber, a mesma forma lógica. Com isso, a conexão entre fato e proposição se dá por conta da mesma configuração.

Porém, a proposição não é um fato no mundo, ela é um fato linguístico que representa o fato no mundo. A proposição figura a realidade por uma estrutura aderida de uma relação pictorial, havendo uma relação entre seus elementos e uma entre estes e a realidade. Há um exemplo que Glock (1998) se utiliza ao falar disso, além de mencionar que em escritos subsequentes fala-se do próprio método de projeção:

Podemos representar um acidente específico (que pode ou não ter ocorrido) com o auxílio de veículos em miniatura e bonecos; mas isso só será possível se estabelecermos que miniatura corresponde a que coisa real, e que relações entre os brinquedos representam que relações reais entre objetos (por exemplo, suas relações espaciais, mas não as relações entre os seus respectivos pesos). Em escritos subsequentes, o termo “método de projeção” passa a incluir tanto estrutura quanto relação pictorial, isto é, tudo o que é necessário para se comparar um signo proposicional com uma situação específica (TLP 3.11 – 3.13) (GLOCK, 1998, p. 251).

Por parte das proposições elementares, as formadoras das proposições, essas que são figurações do mundo (realidade), são formadas a partir de nomes. As proposições elementares devem ser logicamente independentes, não podendo haver duas dessas que sejam inconsistentes entre si ou que impliquem logicamente uma a outra. Devem também afigurar

estados de coisas, e se são verdadeiras, o estado de coisas existe. Elas combinam nomes de tal forma que o arranjo tem que corresponder a uma combinação possível de objetos. Além disso, necessitam ser intrinsecamente positivas, por conta do requisito ‘figuração’ ter como consequência que todas as proposições elementares afigurem um “fato positivo” – estado de coisas. São passíveis somente de um único modo de falsidade, excluindo a possibilidade de que os objetos nomeados por seus elementos constituintes não estejam combinados da forma como estes estão combinados na proposição. Para tanto, são funções de verdade de si mesmas e as proposições são funções de verdade das proposições elementares (Cf. TLP 5).

Wittgenstein também infere que a existência delas não é arbitrária, e por isso, a necessidade de não serem analisáveis, ou seja, de não poder encontrar outras proposições mais simples a partir da análise. Se estão no fim da análise, estão em contato direto com o mundo, significando que elas são compostas de elementos que representam os elementos do mundo, e esses elementos formam os fatos, ou seja, aquilo que é o caso (Cf. TLP 2). No *Tractatus*, uma proposição elementar é formada por nomes, sinais simples, que substituem os objetos, sendo que a forma como os nomes se encontram ligados entre si na proposição representa a forma como os objetos encontram-se ligados entre si no estado de coisas (TLP 3.21) (PERUZZO, 2020, p. 86).

Antes de partirmos ao próximo *passo* da metafísica atomista do *Tractatus*, algo importante para ser destacado depois das proposições (complexas, compostas, ou simplesmente proposições) e as proposições elementares, é a tabela de verdade inventada por Wittgenstein. Esta pode ser definida como sendo um experiente mecânico para estabelecer a verdade ou a falsidade de uma proposição, onde se enumera todas as possibilidades de combinação entre as proposições elementares para ter como resultado, o valor de verdade da proposição. É como se houvesse o valor de verdade das letras e dos símbolos lógicos das proposições elementares, onde se resulta no valor de verdade das proposições complexas da própria junção dessas letras e símbolos. Todavia, deve-se analisar até que se encontrem proposições que são realmente função de verdade de si mesma, isto é, cuja a verdade ou a falsidade seja dada por uma comparação direta com a realidade (DALL’AGNOL, 2012, p. 17). Por exemplo, quando a tabela mostra que o valor de *ou* (símbolo \vee) é sempre verdadeiro da expressão *chove ou não chove* ($p \vee \sim p$, em linguagem lógica), *mostra-se* que estamos diante de uma pseudoproposição, uma tautologia por excelência, que é sempre verdadeira,

mas *nada diz*. Tem essa característica por nada sabermos sobre o estado meteorológico do mundo quando alguém afirma que chove ou não chove. Lembremos que, para termos uma proposição dotada de sentido, temos de ter por exemplo, num contexto proposicional aRb , cujos nomes referem-se a algo determinado e possui sentido, isto significa que pode ser verdadeira *ou* falsa, bipolar.

Agora, como as tautologias, as contradições *nada dizem*. Elas não delimitam o mundo. As primeiras são compatíveis com todas as situações, as segundas, com nenhuma. Para tanto, não são consideradas “absurdas”, pelo fato de terem combinações lícitas de proposições. No entanto, são sem sentido. Elas não fornecem nada de informativo para o sujeito. Supondo a proposição: “Se quinze, então quinze!”, não responde a pergunta “Quantas pessoas estarão presentes?” (GLOCK, 1998, p. 348). Elas combinam proposições bipolares de modo a anular toda informação factual, por isso, são *feitas* para serem verdadeiras ou falsas. Além, também, de não poderem nem serem confirmadas nem negadas *a posteriori*. Argumenta-se, a partir disso, um importante caso ligado à metafísica e às próprias tautologias. Ao entendermos que todas as proposições que parecem ser verdadeiras em quaisquer circunstâncias, sem serem tautológicas, fala Wittgenstein, devem ser necessariamente, por parte da metafísica e também podemos considerar as equações matemáticas, absurdas. Se constitui aqui que há tentativas de dizer, mas na verdade só se pode mostrar. Entretanto, enquanto como as tautologias esses tipos de metafísica e matemática, não exprimem um pensamento, ao contrário, segue-se que constituem pseudoproposições (TLP 6.2). Mostrando somente a estrutura de toda a linguagem possível, leva isso a entender que uma proposição representa uma situação possível, uma tautologia mostra a certeza da verdade e a contradição que a verdade é impossível (SPICA, 2011, p. 30). Assim, a tautologia e a contradição mostram a forma geral de toda e qualquer linguagem.

O significado de um signo simples, de um nome, é o objeto simples por ele representado. Wittgenstein considera o sentido de uma proposição como sendo o possível fato que ela representa. Um nome, este que denota o mundo, é um signo – entendido como aquilo que é sensivelmente perceptível no símbolo, e símbolo, é uma proposição, ou parte dela, que caracteriza o sentido de uma proposição, podendo também ser partilhado por diferentes proposições – que tem significado por ser correlacionado com um objeto, e somente possui significado dentro da proposição. Além de representar um objeto, e desse tal

objeto ser seu significado, nomes são primitivos, logo, não admitem análise ou definição posterior. Possuem significados isolados, demonstrando ter relação com a realidade de forma direta, somente referindo-se à um único objeto, mas não possuem significado fora da proposição, onde uma característica da própria essência do nome é unir-se com outro à formação de uma proposição, sendo ele parte essencial dela, pois sem, ela não existiria. Mas este somente adquire contexto nas proposições elementares. No aforisma 3.144, Wittgenstein vai falar que “nomes são como pontos, proposições são como flechas, elas têm sentido”, explicitando que a referencialidade dos nomes é como os pontos de uma figura geométrica que, articulando-se lado a lado, formam tal figura que adquire sentido. Mas, isoladas, nada significa (SPICA, 2011, p. 28).

Entendida toda a base da linguagem, temos capacidade de inferir o que seria a mesma. “O termo *linguagem* designa um conjunto de elementos – nomes, proposições – que, combinados entre si de uma determinada maneira, têm uma significação, possuem vida” (MORENO, 2000, p. 14). Além de caracterizarmos a linguagem por um conjunto de *funções* ou ainda, relações. Sendo possível atribuímos aos mais diversos elementos materiais o conjunto de funções características da linguagem. O que se torna necessário, agora, é apenas que, no ato de representação haja uma dissimetria essencial entre as duas funções, são elas, a do representante e a do representado (MORENO, 2000). Sendo as funções em que a linguagem se caracteriza, elas têm uma natureza lógica por excelência.

Para a parte do mundo, os objetos, aos quais se refere Wittgenstein, afirmando que formam o estado de coisas, são elementos simples e possuem a possibilidade de se ligar com outros objetos, formando outros fatos. Aquilo que Wittgenstein fala sobre os objetos, é que eles existem necessariamente, em todos os mundos possíveis, porém aquilo que difere de um mundo possível para outro não é a existência ou inexistência de objetos, mas o modo como estão ligados entre si em cada um dos mundos possíveis (TLP 2.022, 2.023). O valor de verdade é resultado da quantidade ou ausência de objetos presentes nesses mundos logicamente possíveis. Em tal caso, os objetos existem necessariamente em todos os mundos possíveis e, dessa forma, todo mundo pensável contém objetos. Assim, como bem assinala Pears (1973, p. 26-28 *apud* PERUZZO, 2020, p. 87), os objetos formam a substância do mundo, pois os fatos podem mudar, mas os objetos permanecem nas mudanças em todos os mundos possíveis (TLP 2.021). Ademais, os objetos somente podem ser nomeados. E, acerca

dos nomes e dos objetos, a coordenação dos primeiros na proposição é a possível coordenação dos últimos no mundo, fazendo com que a figuração reflita, ou seja, toque a realidade. Por isso, os elementos da figuração estão combinados num modo em que estão coordenados com os objetos pela relação representacional à própria figuração.

“Em um estado de coisas, os objetos se conectam, como os elos de uma corrente, sem que seja necessário qualquer cimento lógico” (GLOCK, 1998, p. 159). Já que estados de coisas são combinações de objetos, os últimos são inerentemente complexos. Estados de coisas são, ou reais (existentes) ou possíveis, e são estes – reais e possíveis – que compõe a totalidade da realidade. Para entendermos a construção de um estado de coisas, temos de compreender a relação binária que existe. Essa relação necessita apenas de dois objetos monádicos, em outros termos, podemos nos utilizar de a e b , e de um diádico, o próprio xRy , que já utilizamos aqui. Aqui se encontra o porquê dos objetos se conectarem como elos, por não necessitarem de duas mais relações para ligar cada objeto com a relação entre eles. Ao entendermos que todos os objetos contêm, em sua natureza, todas as suas possibilidades de combinação com outros objetos, significa que a totalidade dos objetos, dada juntamente com a totalidade de estados de coisas existentes, isto é, o próprio mundo, determina essa combinação, a totalidade de estados de coisas possíveis, a realidade.

Para o *último passo* mundano desse trajeto tractatiano, há os fatos. Estes somente podem ser identificados pela especificação do modo como os componentes se conectam, ou melhor, sua estrutura. Segue-se que, um fato (sua estrutura) consiste em uma pluralidade de estados de coisas (suas estruturas). Entendendo como sendo, por conseguinte, um estado de coisas existentes, ou ainda, um conjunto de objetos dentro de um estado de coisas. Para além disso, quando a proposição é verdadeira, é o fato que faz com que a torne verdadeira. Isso significa que ele se torna um validador da veracidade de uma proposição. Entendemos o mundo como a totalidade dos fatos e a linguagem tem o poder de figurar todos esses fatos. Por sua vez, os estados de coisas são simbolizados pelos fatos, para tanto, que algo seja o caso no símbolo para que se diga que algo é o caso no mundo. A realidade pode se definir, a partir da ideia de que o fato é aquilo que realmente ocorre. Além do mais, ao falarmos que uma proposição é um fato, temos de entender que, na verdade, ela é um fato linguístico que vai representar o mundo, pela ideia da própria proposição ter uma configuração igual ao dos fatos do mundo. Como no mundo, tudo é contingente, tudo poderia ser diferente, todos os

fatos poderiam ou não existir, entendendo o porquê a necessidade da proposição ser bipolar, a ideia dela ser verdadeira ou falsa, pois ela também poderia ou não representar determinada situação.

O mundo, entendido sua estrutura, é constituído de fatos, remetendo-se à tudo que é o caso (TLP 1) e também a totalidade desses fatos, e não das coisas (TLP 1.1). Relacionando exatamente àqueles estados de coisas que existem. Apenas estados de coisas factuais que podem ser afigurados podem ser representados por proposições com sentido. O sentido de uma proposição, aquilo que ela afigura, é um estado de coisas. A lógica é posterior a existência do mundo, e por isso, não podemos expressar com sentido a existência do próprio mundo (TLP 5.552). Apesar disso, a existência do mundo é pressuposta pela lógica, ou seja, é necessário a existência do mundo para fazermos qualquer proposição com sentido (SPICA, 2010a, p. 115). Para expressar os fatos existentes no mundo, e expressar eles com sentido, cabe a isto à ciência, fazendo com que, ao representar o mundo como ela é, a linguagem com sentido acaba mostrando que o mundo existe. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece, fazendo com que Wittgenstein afirme que no mundo, não há valor – e se houvesse, não teria nenhum valor. (TLP 6.41). E o porquê disso? Tudo aqui é contingente, tendendo à que tudo poderia ser de outra forma. No mundo, nada é além dos fatos, nada está para além de um espaço de possibilidades dado pelo próprio espaço lógico. Essa contingência do mundo, onde tudo pode ser de outra forma, sendo esta forma factual, dá à entender que ver o mundo desta forma é vê-lo sob um aspecto da eternidade para além do espaço e do tempo, concebendo-o em sua totalidade, mas, só podemos alcançar sua totalidade fora dele, sendo necessário estar no limite do mundo para enxergá-lo como totalidade. Ver deste modo é desprende-lo, de um determinado momento e espaço, determinando-o atemporalmente. Então, vê-lo como limitado é ver o mesmo através da forma geral da proposição.

3.1. A resposta do porquê a filosofia ser ‘crítica da linguagem’

Agora, com a base do conteúdo inscrito no *Tractatus*, cabe a responder, o que seria a filosofia como ‘crítica da linguagem’? Isto seria dizer que cabe a ela a tarefa de nos dizer o que pode ou não ser dito, o que faz ou não sentido. Cabe a mesma nos mostrar, por consequência, o que pode ser pensado claramente. Já que o objetivo inicial do *Tractatus* é

delimitar o campo do exprimível, este objetivo será concretizado a partir da filosofia. Sendo assim, é como se ela fosse um exercício de tomada de consciência dos limites da linguagem, fazendo agora o trabalho de clarificação conceitual, resultando numa classe específica de entendimento. Entendimento este que é do funcionamento de nossa linguagem que acaba por nos livrar de erros e ilusões linguísticas. Para isso, ele a coloca num âmbito crítico de análise das proposições. E sempre defendendo que a mesma é sempre descritiva, não construindo modelos explicativos da realidade, por conta dessa tarefa ser da ciência. Portanto, a palavra crítica remete-se à uma investigação dos limites da linguagem (DALL'AGNOL, 2012, p. 15), fazendo com que ela *esclareça* de forma lógica, os pensamentos. Sendo, por conseguinte, uma *atividade* de clarificação linguística. Em outros termos, “a filosofia limita o território disputável da ciência natural e isso significa que ela exhibe o domínio do impensável apresentando claramente o que é pensável ou dizível” (DALL'AGNOL, 2012, p. 16).

Mas, o por que dele fazer isso com a filosofia? Faz isso por entender que nossa linguagem está cheia de enganos provocados pela falta de compreensão de seu entendimento. É como se ela fosse “um traje que disfarça nossos pensamentos” (Cf. TLP 4.002). Deste modo, Wittgenstein indica que o aspecto formal da linguagem pode ser claramente resolvido pelo aparato da lógica. Lembrando, a filosofia tem como base a própria lógica. No entanto, a linguagem ordinária não é imperfeita do ponto de vista lógico porque ela é capaz de “exprimir todo sentido” (TLP, 4.002), necessitando estar de acordo com a sintaxe lógica, um sistema de regras para o uso de signos que oculta-se sob a superfície da linguagem, precisando ser descoberto pela análise lógica, que, por sua vez, é o processo que se identifica os componentes de uma proposição, pensamento, ou fato, e também o modo de combinação desses componentes, sua forma lógica. Por fim, a forma lógica de uma proposição é sua estrutura tal como parafraseada na lógica formal, com o objetivo de revelar os aspectos relevantes para a validade dos argumentos em que ocorre (GLOCK, 1998, p. 178). É claro que o autor não persegue uma linguagem ideal, capaz de demonstrar fatos que a linguagem ordinária não pode expressar, mas uma notação ideal, capaz de exibir a estrutura lógica presente nas proposições ordinárias.

Por isso, a compreensão da estrutura lógica da linguagem, para Wittgenstein, procura mostrar as condições essenciais que devem ser cumpridas se uma proposição afirmar algo sobre o mundo. Considerando o que foi dito, a linguagem é, para o Wittgenstein do *Tractatus*,

a totalidade das proposições, as quais são, de forma geral, construções linguísticas portadoras de sentido. “Uma sequência de signos constitui uma proposição dotada de significado, capaz de afigurar verdadeira ou falsamente a realidade, se exprime um pensamento” (GLOCK, 1998, p. 288; In: PERUZZO, 2020, p. 88).

4. Ética e religião em Wittgenstein: a opção pelo mandamento divino

Apesar das dúvidas que foram postas sob o Dilema de Eutífron, e com base nas concepções tractatianas acerca de tudo o que foi escrito, entendendo que o autor estava com uma forte influência do *Tractatus*, Ludwig Wittgenstein, em 17 de dezembro de 1930, ao falar da ética de Schlick, escreve:

Schlick diz que na ética teológica existem dois conceitos sobre a essência do bem: segundo a interpretação mais superficial, o bem o é porque Deus assim o quer; segundo a mais profunda, Deus quer o bem porque o é. Entendendo que o primeiro conceito é o mais profundo: é bom o que Deus manda. Este conceito embasa o caminho de qualquer outra explicação que se queira dar sobre ‘porque’ o bem o é; enquanto que o segundo conceito é o superficial e racionalista, porque procede ‘como se’ aquilo que é o bem se pudesse fundamentar. O primeiro conceito nos diz claramente que o ser do bem não tem que ver com os fatos e que, por fim, não se pode clarificar mediante proposição alguma. Se alguma proposição clarifica justamente o que quero indicar é esta: É bom o que Deus manda. (WITTGENSTEIN, *apud* Spica, 2010a, p. 120-121).

Schlick entende a ética como ciência dos fatos. Wittgenstein jamais vai aceitar a proposta feita por Schlick. Inicialmente, notamos que se o que é bom é divino e tudo o que é divino não é alcançado pela linguagem factual, entende-se que a mesma nunca poderá compreender o que é o bom do ponto de vista factual. Além disso, Wittgenstein possui outra ideia de ética, vendo-a como algo que vai se ocupar com que é de mais alto, com o que possui valor, não se ocupando com o mundo, já que, se algo tivesse valor no mundo factual, ele seria contingente e não absoluto, perdendo a natureza de valor. No mundo não há nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor (TLP, 6.41). Então, o campo de pesquisa da ética não vai ser o bom no sentido psicológico do termo, por conta da mesma ser uma investigação geral sobre o que é o bom, focando-se no sentido pleno, sentido valorativo do conceito de bom.

A ideia de que algo é bom porque Deus manda, aproxima-se bastante com os escritos de Wittgenstein contidos nos Cadernos de 1914-1916, como por exemplo, no dia 5.7.16: “Mesmo se acontecesse tudo o que desejamos, isso seria, por assim dizer, uma graça do destino, pois não há nexos lógicos entre vontade e mundo” (2004, p. 109), ou ainda, no dia 8.7.16: “Seja como for, somos, em todo o caso, e num certo sentido, dependentes e podemos chamar de Deus aquilo de que somos dependentes” (2004, p. 110). Sendo assim, cabe aqui um esclarecimento das ideias postas no *Tractatus* acerca da ética e da religião.

Wittgenstein vai optar pelo mandamento de Deus, por conta do mesmo ser a forma mais profunda de compreensão da ética, essa que vai ter como foco aquilo que possui valor, aquilo que está para além do mundo factual e tratará de conceitos que não são possíveis de figuração, investigando num âmbito mais geral, por exemplo, o bom num sentido pleno, valorativo (Cf. SPICA, 2010a). Aqui, em nosso mundo, tudo poderia ser de outra forma, tudo é contingente, por consequência, nada tem valor (TLP, 6.41). Levando-nos a compreender que o bem não está sujeito aos fatos do mundo, por esses fatos não possuírem valor, por estarem num mundo contingente. Como a linguagem significativa consegue figurar somente fatos do mundo, Deus e a ética estão fora da esfera que é capaz de ser figurada pela linguagem factual. Desse modo, ao optarmos pelo mandamento divino, estamos optando pelo fim das ideias errôneas de se tentar compreender conceitos éticos e religiosos como se fossem conceitos científicos e possíveis de figuração.

Ao defender o mandamento divino com a justificativa de que esta escolha coloca limite na tentativa de explicação científica para o ser do bem, Wittgenstein ressalta o fato de que a ética e a religião são indizíveis. Esse indizível não será entendido como um mutismo, mas somente remetendo à um calar-se no sentido de não tomar o discurso religioso, por exemplo, como pleno significado lógico (Cf. SPICA, 2010a). Além disso, a distinção entre dizer e mostrar é muito rica à discussão. Somente poderá ser dito com pretensão de verdade, aquelas proposições que figuram fatos do mundo, e aquelas que ultrapassarem o limite do dizível, dirá Wittgenstein, são contrassensos ou absurdas. E o mostrar, tomando a ética e os juízos morais, como ‘valorizar a vida é bom’, nota-se que essa “proposição” não possui sentido, por conta de não haver nada no mundo que a palavra bom figure. Contudo, ela se mostra uma forma de mostrar a moralidade, induzindo o leitor a ver o mundo corretamente, seu único sentido, incitando o leitor à moralidade. Além de, também, relacionando essa com

o sujeito volitivo, seres que damos sentido àquilo que se nos apresenta no mundo limitado, entendendo-o como portador do ético e dele nada se pode dizer, sendo que não existem valores no mundo e a única coisa que depende do sujeito é a própria vontade, cujo exercício será bom ou mau (DALL'AGNOL, 2012, p. 13). Tal expressão ilumina a vida moral desse sujeito, a vida boa aqui se mostra como sendo a única que vale a pena ser vivida nas ações desse sujeito e em suas expressões linguísticas.

Explicitado o eixo ético e moral do mostrar tractatiano, parte-se ao religioso e ao sentido da vida do sujeito. Isto significa que, ao Wittgenstein afirmar: “Sentimos que, mesmo que todas as questões científicas possíveis tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados. É certo que não restará, nesse caso, mais nenhuma questão; e a resposta é precisamente essa” (TLP, 6.52); ele não quer nos afirmar que desaparecendo os problemas da vida haverá a negação do sentido da vida, mas sim, quer mostrar que o sentido é exclusivamente o cessar da busca por um sentido através de uma linguagem significativa, pelo simples fato de que, ao falarmos a sentença, Deus existe, ela não é bipolar e não sabemos se ela é verdadeira ou falsa (SPICA, 2011), além de não haver nada no mundo dos fatos que dê sentido à Deus, dizendo que, no âmbito linguístico, essa sentença não possui sentido, pelo fato do *Tractatus* não permitir que uma linguagem não figurativa tenha sentido, e não, que Deus não existe – seria impossível, de certa forma, através de uma linguagem logicamente articulada, provar a inexistência da esfera religiosa. Portanto, da mesma forma que não podemos provar Deus, não podemos provar o contrário. Fazendo com que suas ideias inclinem para ele afirmar que “Crer num Deus significa compreender a questão do sentido da vida” (WITTGENSTEIN, 2004, 8.7.16), ou ainda, uma das mais emblemáticas anotações, feita dia 11.6.16, a saber:

Que sei eu acerca de Deus e da finalidade da vida?
Sei que este mundo existe.
Que estou nele como o meu olho no seu campo visual.
Que algo nele é problemático, a que chamamos o seu sentido.
Que este sentido não reside nele, mas fora dele. [Cf. 6.41.]
Que a vida é o mundo [Cf. 5.621]
Que a minha vontade penetra o mundo.
Que a minha vontade é boa ou má.
Que, portanto, o bem e o mal se conectam, de algum modo, com o sentido do mundo
Ao sentido da vida, isto é, ao sentido do mundo, podemos chamar Deus
E a metáfora de Deus como pai está a isso ligada

Orar é pensar no sentido da vida.

Com essas citações, *mostra-se* que o bem e o mal dependem do sentido que damos à nossa vida e que Deus é o chamado sentido da vida. A moralidade, além de se mostrar, é dependente do modo como encaramos, tanto a vida quanto o mundo. Em outras palavras, desse sentido dado à vida e ao mundo, surgirão atitudes frente aos fatos que são capazes de serem boas ou más, e o sujeito volitivo, dá e precisa dar sentido à vida e ao mundo. Mediante à isso, independentemente da existência de Deus como cristão, muçulmano ou judeu, a divindade é uma forma de dar sentido à vida e este molda a forma de viver e agir do crente religioso, sendo como que sua consciência (SPICA, 2010b, p. 122). Podemos ver também neste escrito, a ideia de vontade, onde a mesma não interfere no mundo dos fatos, e por isso, deveríamos tornar-nos independentes dele (SPICA, 2011, p. 81). Percebe-se que ao não ser englobado o sentido da vida no mundo, este que é composto por fatos e que tudo é contingente, não havendo nada de valor, se nota que Wittgenstein dá ao sentido da vida, um sentido valorativo, e este sentido irá se radicar no sujeito volitivo que vê o mundo como um olho num campo visual, buscando compreender o mundo em seu sentido. Ou seja, é próprio desse sujeito perguntar-se sobre o que do mundo e da vida, e também, é a vontade do sujeito que procura pelo sentido da vida.

Como se percebe, o interesse de Wittgenstein não é mostrar os atributos divinos ou o que compõe Deus, mas mostrar que Deus dá sentido à vida. Por conta disso, a oração é entendida como sendo uma reflexão acerca do sentido da existência. Além do entendimento de Deus como sentido da vida, e a já abarcada ideia da oração, é possível entendê-lo como pai protetor, onde busco um abrigo quando não entendo o sentido da minha existência ou a existência do mundo (SPICA, 2011, p. 82; Cf. MARGUTTI, 1998, p. 127). E por este motivo, torna-se uma comparação segura, pelo entender que ao relacionarmos uma criança em encontro com o pai, onde a mesma encontra sentido no pai, encontrará o sentido de seguridade, e assim, relacionando-se à Deus.

5. Considerações finais

À vista disso, diante do conteúdo posto por Wittgenstein no *Tractatus*, entendemos que proposições são figurações da realidade, e um fato é um conjunto de objetos dentro de

um estado de coisas. A forma de conectividade entre a proposição e o estado de coisas é pela forma de afiguração que possibilita o compartilhamento da estrutura lógica entre figuração e o estado de coisas. A conexão para que ocorra tudo isso é a própria afiguração, ou teoria pictórica – esta por sua vez, somente acontece por conta de as proposições serem figurações. A figuração é uma representação do mundo, que tem uma relação que representa um estado de coisas.

Além disso, por parte da ética e da religião compreende-se que Wittgenstein vai entender a religião como uma maneira de viver e de encarar o mundo, isto é, se transforma a maneira de encarar a vida e começa-se a viver diferente. Em suma, ao ligarmos Deus com o sujeito, ele entende que o sentido da vida não está no mundo dos fatos, onde os mesmos não possuem valor nenhum, sendo o mundo contingente. Entende aqui a religião como sendo o guia de suas ações e à ideia de que a consciência é a voz de Deus. Ele permanece incompreensível num olhar científico, porém, têm um papel primordial na vida humana. Já a ética tenta mostrar como é a moralidade do sujeito volitivo, direcionando mesmo que sem figuração à própria ideia de que, por exemplo, o bem moral se mostra nas ações do sujeito moral. Assim, é como se essas expressões não dissessem nada, mas iluminassem a vida moral do sujeito volitivo, elas se mostram como sendo um caminho correto de ver o mundo e a vida. O entendimento disso, faz-nos ver por que Wittgenstein opta pela ideia do mandamento divino ligado ao Eutífron, a saber, algo é bom porque Deus manda. Vemos claramente o bem e o mal dependentes do sentido que damos à vida, e esse sentido da vida se chama Deus. Também, a moralidade é dependente do modo como encaramos a vida e o mundo contingente que nos cerca.

Referências

- DALL'AGNOL. D; FATTURI. A; SATTLER. J, organização. *Wittgenstein em retrospectiva*. Editora da UFSC, 2012.
- GLOCK. H-J. *Dicionário Wittgenstein*. Jorge Zahar Ed., 1998.
- MARGUTTI. P. R. P. *Iniciação ao silêncio: Uma análise do Tractatus de Wittgenstein como forma de argumentação*. Editora Loyola, São Paulo, Brasil; 1998.
- MAWSON. T. J. The Euthyphro Dilemma. *Think Winter*, The Royal Institute of Philosophy, 2008. p. 25-33.
- MORENO. A. R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem: ensaio introdutório*. São Paulo, Moderna. Editora da Universidade de Campinas, 2000.

- PERUZZO. L. J; VALLE. B, organização. *Filosofia da Linguagem*. 2 ed. PUCPRESS, 2020.
- PLATÃO. *Eutífron*. Tradução, notas, vocabulário e índices por Maria Luiza Roque, Brasília : Thesaurus, 2001.
- SILVA. R. R. *Pensamento e mentalismo no Tractatus de Wittgenstein*. *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 9. n. 2 (2018). p. 136-149.
- SPICA, M. A. *A religião para além do silêncio: reflexões a partir dos escritos de Wittgenstein sobre religião*. Editora CRV; 2011.
- _____. *Entre o mostrar e o imaginar: reflexões sobre o Tractatus e a natureza dos juízos morais*. *Controvérsias* – v. 3, n. 2, p. 19-31; (jul – dez 2007).
- _____. *Místico versus misticismo: Reflexões sobre o místico de Wittgenstein em comparação ao misticismo religioso caracterizado por James*. *Princípios Natal*, v. 17, n. 27, p. 113 – 136; jan./jun. 2010b.
- _____. *Observações sobre Deus e ética em Wittgenstein*. *Revista ethic@*, Florianópolis v. 9, n. 3 p. 119 – 131; Setembro, 2010a.
- WITTGENSTEIN. L. *Cadernos 1914 – 1916*. Tradução: João Tiago Proença, Biblioteca de filosofia contemporânea; 34. Edições 70; 2004.
- _____. *Tractatus Logico – Philosophicus*. Tradução, apresentação e ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos; introdução de Bertrand Russell – 3. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2017. Doravante citado como TLP.
- ZANGWILL. N. *Uma saída do dilema de Eutífron*. Tradução de Rodrigo Rocha Silveira. *Revista Brasileira de Filosofia da Religião*. 2012. p. 7-13.

Recebido em: 21/05/2021
Aprovado em: 30/09/2021